



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

EDITAL Nº 02/2021

**PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA
2022 (VAGAS REMANESCENTES)**

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) às vagas remanescentes para composição da turma de 2022 do Curso de Mestrado em Ciência Política, área de concentração Ciência Política, linhas de pesquisa Instituições Políticas e Políticas Públicas; e Democracia e Sociedade, com duração mínima de 24 (vinte e quatro) meses de acordo com o regimento interno do programa.

1. DAS VAGAS

- 1.1. As vagas remanescentes para ingresso no PPGCP, turma 2022, serão preenchidas, nos termos do presente edital
- 1.2. O número máximo de vagas é 6 (seis), não havendo nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.
- 1.3. Em virtude da situação excepcional proporcionada pela pandemia de Covid-19, o presente processo seletivo se dará de forma completamente on-line.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

- 2.1. Serão admitidos como candidatos à seleção do Mestrado em Ciência Política os portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior reconhecido pelo MEC; Portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.
 - 2.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os(as) candidatos(as) aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.
 - 2.1.2. Os(as) candidatos(as) concluintes de Curso de Graduação deverão manifestar concordância, no momento da inscrição, com declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada à conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados.
- 2.2. Os(as) candidatos(as) ao processo de seleção, no momento da inscrição, deverão submeter ao programa os seguintes documentos:
 - 2.2.1. Cópia digitalizada dos documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Comprovantes de comparecimento à última eleição, incluindo segundo turno, se houve;

2.2.2. Cópia digitalizada do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação;

2.2.3. Cópia digitalizada do Histórico escolar de graduação;

2.2.4. Curriculum Vitae certificado pela Plataforma Lattes, em formato PDF, acompanhado de uma via com fotocópias digitalizadas dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – www.cnpq.br). Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos(as) estrangeiros.

2.2.4.1. Candidato(a) estrangeiro(a) que não tenha registro de CV na Plataforma Lattes, por causa de ainda não possuir a documentação requerida para nela se cadastrar, apresentará CV correlato.

2.2.5 Pré-projeto de pesquisa de acordo conforme as recomendações abaixo.

2.2.5.1. Adequação aos aspectos formais da escrita científica.

2.2.5.1.1 O Pré-projeto de pesquisa deve conter, no máximo, dez (10) laudas, excluídos os elementos pré e pós textuais (capas, índices, folha de rosto e bibliografia), e ser produzido a partir da seguinte padronização: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

2.2.5.2. Os pré-projetos de pesquisa dos(as) candidatos(as) deverão obrigatoriamente estar vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa do PPGCP.

2.2.5.3. Não deve constar no pré-projeto qualquer identificação do(da) candidato(a).

2.2.5.4. Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as) cujos pré-projetos não correspondam às exigências formais aqui definidas.

2.2.5.5 Adequação aos aspectos substanciais de construção da pesquisa a ser elaborada no âmbito do PPGCP, a partir dos seguintes aspectos:

a) Exequibilidade e justificativa da proposta;

b) Delimitação do problema e da hipótese de pesquisa;

c) Formulação e adequação da construção teórica ao problema de pesquisa; utilização de referências da área de ciência política;

d) Coerência das estratégias metodológicas propostas.

2.2.6. Carta do(a) candidato(a) ao presidente da comissão de seleção expondo os motivos para cursar o Mestrado, bem como da escolha da área de concentração e da linha de pesquisa (máximo de duas laudas).

2.2.7. São de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) as informações e a documentação por ele(a) fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, após a realização da inscrição.

2.2.8. O/A candidato/a que fizer uso de informação ou documento falso para a inscrição, ou ocultar informação ou fato relevante terá a sua inscrição anulada.

3. DAS FORMAS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas de forma inteiramente online por meio do formulário eletrônico disponível no link abaixo:

<http://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/ingresso/selecao-atual>

3.2.1. Caso exista mais de uma inscrição no formulário online para o(a) mesmo(a) candidato(a), será considerada apenas a última inscrição válida recebida.

3.2.2. Não será aceito, em hipótese alguma, a inscrição não realizada por meio do link acima disponibilizado

3.3. Para a inscrição o(a) candidato(a) deverá ter uma conta ativa válida nos sites Google ou Gmail, de modo a possibilitar o carregamento (upload) dos arquivos anexos descritos na seção 2.

3.3.1. Todos os documentos descritos na seção 2 deverão ser entregues de forma on-line, no endereço eletrônico descrito no item 3.1, em formato PDF ou imagem, sendo indispensável que todos os documentos estejam legíveis e sem rasura.

3.4. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP não se responsabiliza por problemas técnicos ou de conexão, inclusive decorrentes dos provedores de acesso, que possam, eventualmente, inviabilizar a inscrição.

3.5. Recomenda-se que o(a) candidato(a) evite deixar a inscrição para os últimos dias, de modo a minimizar os riscos de problemas técnicos que possam inviabilizar a inscrição.

3.6. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/> .

3.7. Dúvidas referentes ao processo seletivo deverão ser enviadas ao email: selecao.ppgcp.2022@gmail.com

3.8. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

- a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;
- b) os que apresentarem toda a documentação estabelecida no item 2 deste Edital.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

4.2. A Comissão de Seleção será composta 3 docentes e 1 suplente, sendo: Prof^ª. Dr^ª Eugênia Rosa Cabral (Presidente), Prof^º Dr^º Carlos Augusto da Silva Souza, Prof^º Dr^º Lucas Toshiaki Archangelo Okado e Prof^º Dr^º Jaime Luiz Cunha de Souza (Suplente).

4.3. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º candidato(a) que obteve nota mais alta na arguição ao Pré-projeto (item 7.2); 2º maior idade.

4.4. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos por meio de requerimentos endereçados ao presidente da comissão de seleção, enviados por e-mail para selecao.ppgcp.2022@gmail.com, respeitados os prazos previstos no Item 6 do presente edital. Em caso de deferimento, o(a) candidato(a) será convocado(a) por meio de publicação na página do PPGCP para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

5. ETAPAS DE SELEÇÃO

5.1. 1ª Etapa: prova escrita on-line (eliminatória).

5.2. 2ª Etapa: arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado, na Carta de Intenções, no histórico escolar, e, também, na prova escrita (eliminatória e classificatória);

6. DO CALENDÁRIO

ETAPAS DA SELEÇÃO	DATAS / PERÍODOS	LOCAL
Divulgação do Edital	22/12/2021 a 21/01/2022	Site do PPGCP
Prazo Recursal do Edital	22/12/2021 a 21/01/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Resposta dos recursos	24 e 25/01/2022	Site do PPGCP
Inscrições para o processo seletivo	26 a 28/01/2022	Site do PPGCP
Homologação e divulgação dos(as) candidatos(as) inscritos(as)	31/01/2022	Site do PPGCP
Prazo Recursal das inscrições	01 e 02/02/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Realização da prova escrita	07/02/2022	A definir
Divulgação dos(as) aprovados(as) na Prova Escrita	14/02/2022	Site do PPGCP
Prazo recursal da Prova escrita	15 e 16/02/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Resposta dos recursos à Prova escrita	18/02/2022	Site do PPGCP
Arguição dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita	21 e 22/02/2022	A definir
Divulgação do resultado da segunda etapa do processo seletivo	23/02/2022	Site do PPGCP
Prazo Recursal da arguição	24/02/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Divulgação do Resultado Final do processo seletivo	25/02/2022	Site do PPGCP
Matrícula	A definir	Site do PPGCP

6.1. A prova escrita e a arguição oral serão realizadas em meio virtual em plataforma a ser informada oportunamente no site do PPGCP.

7. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

7.1. Prova Escrita (eliminatória):

7.1.1. A prova escrita dissertativa versará sobre temas específicos com base em bibliografia indicada neste edital.

7.1.2. A prova será realizada por meio digital, com a seguinte dinâmica:

a) As respostas de cada questão da prova escrita não deverão ultrapassar três laudas e deverão observar os seguintes critérios de formatação: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

b) As questões da prova e o arquivo da folha de resposta serão enviadas para o e-mail cadastrado pelo candidato(a) no ato da inscrição até às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 07/02/2022.

c) O arquivo da folha de resposta será no formato Microsoft Word (.docx) e conterá um código de identificação anônimo pré-preenchido. O candidato não deverá mudar o código de identificação no arquivo da folha de resposta, sob pena de desclassificação.

d) O candidato não deverá modificar o nome e o formato do arquivo da folha de resposta, sob pena de desclassificação.

e) A folha de resposta não deve conter nenhuma identificação do candidato (nome, documentos oficiais, e-mail, metadados ou qualquer outra forma de identificação) além do código de identificação anônimo pré-preenchido.

f) O arquivo da folha de resposta, contendo a resposta do candidato, deve ser enviado ao e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com, com o assunto PROVA MESTRADO PPGCP, até às 13hs (horário de Brasília) do dia 07/02/2022. Respostas entregues após esse horário não serão consideradas.

g) O PPGCP não se responsabilizará por qualquer problema técnico ou de comunicação durante o envio da prova. Desta forma recomenda-se que o arquivo seja enviado com antecedência.

h) Os candidatos receberão um e-mail de confirmação de recebimento da prova.

7.1.3. Serão observados os seguintes critérios de avaliação:

a) Conhecimento e aprofundamento do tema proposto, atualização e adequação da resposta à literatura indicada no edital (80% da prova);

b) Organização e clareza na exposição do argumento (introdução, desenvolvimento, conclusão); uso adequado da terminologia técnica; correção gramatical (20% da prova).

7.1.4. Qualquer identificação de plágio implicará na imediata desclassificação do(a) candidato(a);

7.1.5. A prova escrita será corrigida por, pelo menos, dois membros da comissão de seleção. Havendo diferença entre os avaliadores maior ou igual a dois pontos será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a média das notas consideradas de dois avaliadores.

7.1.6 O(A) candidato(a) poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma desde que solicite por meio de requerimento (via e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com) endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no 7 presente edital.

7.2. Arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Pré-projeto apresentado, no Currículo Lattes, na Carta de Intenções e também na prova escrita (eliminatória):

7.2.1. Serão arguidos os(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.2.2. A arguição será feita com base nos dados do Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado por ocasião da inscrição do(a) candidato(a) e na prova escrita. Os critérios de avaliação desta etapa, serão:

a) conhecimento teórico e metodológico, domínio e segurança em relação ao tema do pré-projeto, coerência entre os componentes expostos na defesa do pré-projeto proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia) – 60% da nota;

b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica, publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso (comprovadas e expostas no CV Lattes) e disponibilidade para as atividades do programa – 20% da nota;

c) desempenho acadêmico do(a) candidato(a) exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.) – 20% da nota;

7.3.4. As arguições serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.3.5. A nota final da arguição será estabelecida pela média aritmética da nota atribuída por todos(as) os(as) professores(as) componentes da banca de avaliação, no momento da arguição.

7.3.6. O(a) candidato(a) poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da arguição desde que solicite por meio de requerimento (via e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com) endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO

8.1. Será considerado aprovado em cada fase do processo seletivo, o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.2. A nota final e a classificação será calculada pela nota final obtida na avaliação do desempenho dos(as) candidatos(as) nas segunda fase do processo seletivo (arguição oral), sendo aprovados(as) aqueles(as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.3. Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) segundo a ordem das suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

8.4. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas eventualmente disponibilizadas pelo PPGCP.

9. CANDIDATOS(AS) ESTRANGEIROS

9.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) a uma bolsa de estudos da CAPES, CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPGCP ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do curriculum vitae do(a) candidato(a) estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de Pós-Graduação em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

9.2. Candidatos(as) estrangeiros(as) residentes fora do Brasil deverão realizar a inscrição, a Prova Escrita e a arguição oral ao pré-projeto de forma similar aos demais candidatos(as).

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. É vedada a presença de quaisquer outros(as) candidatos(as) quando da realização das arguições orais.

10.2. Os(as) candidatos(as) aprovados deverão apresentar, no momento da matrícula do curso, uma cópia simples junto com o original, para simples conferência dos documentos descritos nos itens 2.2.1, 2.2.2. e 2.2.3.

10.3. A divulgação dos resultados contemplará a nota obtida pelo candidato(a) em cada fase do processo seletivo, identificado pelo código de inscrição.

10.4. Data e horário de matrícula dos(as) aprovados(as) serão divulgados em momento oportuno, no Site do PPGCP.

10.5. O Curso exige dedicação integral dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

10.6 Os candidatos deverão realizar exame de proficiência em inglês, obrigatório, que será realizado em data e horário oportunos a serem divulgados no site do PPGCP.

10.6.1 O exame de proficiência em língua portuguesa é obrigatório para os candidatos estrangeiros, exceto para aqueles oriundos dos PALOP.

10.7 O cronograma do processo seletivo poderá sofrer modificações pela comissão de seleção em decorrência de eventos imprevistos, tais como pane na rede elétrica, problemas na conexão local de internet, dentre outros.

10.7.1 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento de eventuais modificações no cronograma por meio do site do PPGCP.

10.8 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a provisão da infraestrutura necessária para a participação em todas as etapas do processo seletivo.

10.9 Em função do caráter de excepcionalidade causado pela pandemia de Covid-19 o presente edital segue todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde e resoluções da Universidade Federal do Pará.

10.10. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos, em primeira instância, pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

ANEXO I

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DA PROVA ESCRITA

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Rev. Sociologia Política**, v. 24, n. 57, p. 127-155, mar. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YLtnXcvNkrYLTq7LJfDQnwP/?lang=pt>.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj/?lang=pt&format=pdf>

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. (Capítulo 1) São Paulo: Edusp, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4881602/mod_resource/content/1/289084901-Robert-Dahl-Poliarquia%20%281%29.pdf

MENICUCCI, Telma; MARQUES, Alisson Maciel de Faria. Cooperação e Coordenação na Implementação de Políticas Públicas: O Caso da Saúde. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 823 a 865. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/pFMXHMxY6y6KvgDbgKK3k9g/?format=pdf&lang=pt>

NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-junho 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/18998/13820>

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 59, p. 53-90, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201671>

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (INSCRIÇÕES VÁLIDAS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO LINK DISPONIBILIZADO NO ITEM 3.1 DO EDITAL)

Identificação:

Nome:		
Data de Nascimento:	Nacionalidade:	Estado Civil:
E-mail:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Cidade:
Telefone Residencial:	Telefone Celular:	

Documentos (somente brasileiros)

Nº do RG:	Órgão de Expedição do RG	Data de Expedição do RG:
CPF:		

Documentos Estrangeiros

Número do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) (se tiver):
Número do documentos de identificação de seu país de origem:
Tipo de identificação do documento acima:

Dados Acadêmicos

CURSO DE GRADUAÇÃO (principal):	
Início:	Conclusão:
Universidade/Faculdade:	País:
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (principal):	
Início:	Conclusão:
Universidade/Faculdade:	País:
Insira abaixo outros títulos ou cursos acadêmicos que você possui:	

Dados sobre o candidato

Qual a sua renda familiar bruta	
()	R\$ 0 - R\$1.000,00
()	R\$ 1.001,00 - R\$ 2.000,0
()	R\$ 2.001,00 - R\$ 3.000,00
()	R\$ 3.001,00 - R\$ 5.000,00
()	R\$ 5.001,00 - R\$ 7.000,00
()	R\$ 7.001,00 - R\$10.000,00
()	R\$ 10.001,00 - R\$15.000,00
()	R\$ 15.001,00 - R\$ 30.000,00
()	Mais de R\$ 30 mil

Dados profissionais

Qual sua profissão atual?
Quantos anos você está no mercado de trabalho?

Motivação

O que te motiva a fazer pós-graduação em ciência política?

Divulgação

Como ficou sabendo do programa?	
()	Recomendação de colegas
()	Divulgação em sites
()	Divulgação em redes sociais
()	Cartazes
()	Divulgação em jornais e revistas
()	Outro. Qual:

ANEXO III

PROGRAMAS DE PESQUISA DOS(AS) PROFESSORES(AS) DO PPGCP

PROGRAMA: FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL

COORDENADORA: Profa. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (1997); Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999); Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2008). Atua nas seguintes áreas: 1. Filosofia Política; 2. Teorias normativas e teoria crítica; 3. Sociologia política e teorias disposicionais (Bourdieu e Bernard Lahire), 4. Pensamento político brasileiro e 5. Estudos sobre o poder judiciário e o fenômeno da judicialização.

Objetivos: a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política (Antiga, Moderna e Contemporânea); b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pelos teóricos críticos, por exemplo Habermas e a tese de instrumentalidade da razão comunicativa ou Honneth e o diagnóstico do sofrimento por indeterminação e seus prognósticos refletidos em modelos institucionais; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre a representação da soberania, da vontade popular e do poder constituinte; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de representação política e de exercício de normatização social (Buttler e Zizek).

Ementa: Teoria política da antiguidade clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria crítica. Emancipação social. Racionalidade. Modernidade. Deliberação. Facticidade. Validade. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Soberania como vontade e representação. Democracia. Representação. Liberalismo. Normatividade social.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Teorias político normativas da antiguidade clássica, modernidade e contemporaneidade e seus diagnósticos sociais e prognósticos institucionais.
- b) Teoria crítica, suas aporias e possibilidades de reinvenção político normativas da modernidade.
- c) Novas formas de produção de uma política republicana sobre o bem comum em detrimento da noção de políticas públicas.
- d) O neoliberalismo como processo de radicalização da matriz de modernização e do excesso de determinação social.

PROGRAMA: O APARATO JUDICIAL ESTATAL, SUA REPRODUÇÃO E SEUS VÍNCULOS COM A POLÍTICA

COORDENADORA: Profa. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS

Objetivos: Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário, especificamente sobre a forma como este realiza o recrutamento, a manutenção e a reprodução do seu aparato estrutural e disposicional. Estudar e desenvolver projetos prosopográficos sobre a formação disposicional e social dos juizes e outros membros do aparato judicial em sentido lato. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário na formação e consolidação de um tipo de burocracia do Estado Brasileiro. Analisar e desenvolver projetos comparativos sobre o fenômeno do LawFare.

Ementa: Reprodução social. Disposições. Capitais. Prosopografia. Autonomia. Profissionalização. Burocracia. Aparato judicial. Lawfare. Judicialização.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Autonomização e profissionalização do campo judicial no sentido lato.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais e corpos políticos.
- c) Estudar comparativamente o Lawfare e o papel deste na perda de soberania política. Grupos de Pesquisa: Cesip-Margear (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia), GENA (Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas) e o Observatório das Metrôpoles

PROGRAMA: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ESTUDOS LEGISLATIVOS NA AMÉRICA LATINA

COORDENADOR: Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005); Mestre (2008) e Doutor (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos.

Objetivos: Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

Ementa: Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.

- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.
- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos.

PROGRAMA: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

COORDENADOR: Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA

Graduado em Economia pela UFPA (1988); Mestre em Ciência Política (1994); Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Sistemas Eleitorais e Partidários. 2) Minorias e grupos de interesse no processo eleitoral 3) Comportamento Eleitoral; 4) Subrepresentação e participação política, 5) Política Comparada.

Objetivos: Desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo. Estudar a participação de minorias (mulheres, negros, indígenas, jovens e idosos) no processo eleitoral.

Ementa: Geografia do voto, participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; minorias e grupos de interesses no processo eleitoral, subrepresentação política, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: mulheres, indígenas, negros, religiosos, jovens, idosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

PROGRAMA: PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS

COORDENADORA: Profa. Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989); Mestre (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA); Doutora (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

Objetivos: analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas públicas.

Ementa: Interação executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre normas ambientais, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual;
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de produção de regras.

PROGRAMA DE PESQUISA: ANTROPOLOGIA POLÍTICA

COORDENADORA: Profa. Dra. FERNANDA VALLI NUMMER

Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, sociabilidade, trabalho, militarismo e instituições policiais.

Objetivos: realizar estudos com enfoque em antropologia sobre a política nacional e internacional; Orientar trabalhos que recorram ao método etnográfico para estudos sobre fenômenos políticos no Brasil.

Ementa: Antropologia política, conceitos fundamentais da antropologia e da antropologia política, poder, Estado, dádiva, entre outros. Exemplos de estudos em antropologia política.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Políticas Públicas;
- b) Instituições Políticas;
- c) Personagens da Política Brasileira

PROGRAMA: CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

COORDENADOR: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO

Graduado (2004), Mestre (2006) e Doutor (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento político; 2) Comportamento eleitoral e classes sociais; 3) Eleições e sistemas eleitorais; 4) Partidos políticos e sistemas partidários; 5) Política brasileira.

Objetivos: analisar as tendências de intenção de voto em eleições presidenciais no Brasil durante o período compreendido entre 2002 e 2014, buscando identificar as possíveis relações entre inserção diferencial em relações de classe e comportamento eleitoral. Dessa forma, com base em resultados de *surveys* de opinião com abrangência nacional (tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*), a investigação empírica intenta desvelar se, no espaço de tempo em questão, são identificados padrões de voto de classe. Especificamente, se estão presentes, no período estudado, tendências de voto de classe “tradicional” (i.e. eleitores de classes trabalhadoras votando em partidos de esquerda) e “total” (que engloba os outros tipos interação entre voto e classe).

Ementa: Voto de classe; Comportamento político e clivagens sociais; Eleições presidenciais; Pesquisas *survey*.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Comportamento político;
- b) Voto, classes e clivagens sociais;
- c) Eleições presidenciais e subnacionais;
- d) Disputas eleitorais no Brasil contemporâneo;
- e) Metodologias quantitativas e análise política.

PROGRAMA: DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA CRIMINAL

COORDENADOR: Prof. Dr. JAIME LUIZ CUNHA DE SOUZA

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado Nível II. Professor da Faculdade de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da UFPA. Atividades docentes e de pesquisa nas áreas de Crime e Violência na América Latina; Segurança Pública; Moradores em Situação de Rua e suas interfaces com variadas formas de violência.

Objetivos: Analisar o funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal cotejando a dinâmica da relação entre essas instituições e os outros segmentos da sociedade no Brasil e na América latina

Ementa: Dinâmicas envolvidas no funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal, suas políticas e seus programas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições de Segurança Pública; Polícias, Corpo de bombeiros e Guarda Municipal;
- b) Instituições do Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria, Juizados;
- c) Instituições do Sistema Penitenciário;
- d) Instituições e Programas destinados à ressocialização de presos;
- e) Instituições de assistência a moradores em situação de rua, acolhimento a idosos;
- f) Programas destinados ao atendimento de pessoas sob medidas protetivas.

PROGRAMA: POLÍTICA DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL INDÍGENA NO BRASIL: ATORES, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS

COORDENADOR: Prof. Dr. LEONARDO BARROS SOARES

Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará(UFC). Mestre (2013) e doutor (2019) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou estágio doutoral em 2017 na Université de Montréal junto ao CPDS - *Centre de recherche sur les politiques et le développement social*, com bolsa CAPES. Membro do *RÉLAM - Réseau d'études latino-américaines de Montréal* (Université de Montréal), do LAGERI- Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI/ UnB) e do Projeto Democracia Participativa (PRODEP/UFMG). É Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará.

Objetivos: O programa de pesquisa tem como objetivo, por meio de estudos com métodos mistos (*QCA*, *process-tracing* e estudos de caso), compreender os fatores determinantes que levam ao reconhecimento estatal de terras indígenas brasileiras, buscando responder a duas perguntas: 1. Porque alguns grupos indígenas conseguem obter a demarcação de suas terras e outros não e; 2. Porque algumas demarcações são obtidas de forma mais rápida do que outras. Nesse percurso, mapeamos um conjunto amplo de dados sobre povos indígenas e as políticas a eles destinadas pós-Constituição de 1988. Ademais, nos interessa compreender as interrelações entre os atores estatais e não-estatais (indígenas e não-indígenas) e sua vinculação com a produção de uma política pública de reconhecimento territorial indígena que atenda às demandas dos povos originários brasileiros.

Ementa: Política indigenista; políticas de reconhecimento territorial indígena; política comparada; associativismo étnico; povos indígenas no continente americano; ciência política e a pesquisa com povos indígenas; neoinstitucionalismo; democracia deliberativa e instituições participativas;

Temas de Interesse do Programa:

- a) Democracia participativa;
- b) Instituições participativas;
- c) Teoria deliberacionista;

- d) Etnopolítica;
- e) Política indigenista comparada e povos indígenas americanos;
- f) Movimentos sociais;
- g) Associativismo étnico;
- h) Políticas de reconhecimento territorial indígena em perspectiva comparada.

PROGRAMA: AS CAUSAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA DESCONFIANÇA NAS ELEIÇÕES NO BRASIL

COORDENADOR: Prof. Dr. LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO

Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá; Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Tem como interesse de pesquisa os seguintes temas: Comportamento Político; Crenças, Valores, Atitudes e Ideologias Políticas; Qualidade da Democracia; Democratismo e Confiança nas Instituições.

Objetivos: Identificar como o resultado das eleições afeta a confiança no processo eleitoral. Analisar a relação entre a falta de confiança no processo eleitoral, satisfação com a democracia e a confiança nas instituições democráticas. Verificar como a desconfiança no processo eleitoral afeta a participação política.

Ementa: Eleições nas democracias contemporâneas; Organização de eleições e integridade eleitoral; Confiança nas eleições, democratismo e comportamento político.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Crenças, Valores e Atitudes Políticas;
- b) Comportamento Político e Opinião Pública;
- c) Confiança nas Instituições e Apoio à Democracia;
- d) Juventude e Participação Política;
- e) Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Protesto Político;
- f) Ideologia e Identificação Partidária.

PROGRAMA: TERRA, SAÚDE E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

COORDENADOR: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002); Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Realizou Estágio Pós-doutoral na *University of St. Andrews*, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.

Objetivos: As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

Ementa: Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.

COORDENADOR: Profa. Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991); Mestre (1999) e Doutora (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

Objetivos: analisar comportamentos políticos no âmbito de instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. O intuito é produzir reflexões a respeito do exercício da representação política dentro dos limites das regras institucionais, assim como também identificar demandas sociais, traduzidas pelos atores políticos no exercício das atividades que lhes são delegadas pelos cidadãos.

Ementa: Estudo de demandas por políticas públicas nos Legislativos; Identificação e comparação de regras institucionais; estudo do papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Desenhos institucionais dos Legislativos locais;
- b) Produção legislativa sobre meio ambiente;
- c) Produção legislativa sobre saúde, educação e cultura;
- d) Políticas industriais e comerciais de impacto ambiental;
- e) *Accountability* de mandatos representativos.

PROGRAMA: MÍDIA E SOCIABILIDADE POLÍTICA

COORDENADORA: Profa. Dra. MARISE MORBACH

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996); Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: comportamento político nos mídias e sociabilidades em redes online.

Objetivos: Analisar os problemas teóricos e empíricos trazidos ao campo da política com o advento da *media*. Conhecer os contextos históricos nos quais as relações entre a *media* e a política são determinantes à estabilidade das democracias representativas. Analisar as categorias sociais que estruturam os estudos sobre a Opinião Pública: motivações e percepções em relação aos *medias*. Estudar as transformações da representação e o alcance da *media* sobre os processos de "escolha pública". Mapear a cultura política no *media* buscando descrever tipologias. Estudar as interfaces da ética, da comunicação e da política no *media* na produção de "laços sociais" e de "rupturas de sociabilidade". Descrever as formas da sociabilidade de instituições políticas e agentes políticos nos *media* e em ambientes virtuais.

Ementa: Estudo das teorias políticas contemporâneas nas quais a sociabilidade política é perpassada pelas tecnologias da informação e pelos *media* e cujo campo de abrangência analisa as informações do espaço particular e interno da política (partidos, candidaturas, regras eleitorais, representantes, representados, etc.) sobre o comportamento político e na institucionalização de práticas e valores políticos. Estudo sobre as mudanças na sociabilidade política trazidas pelo meio virtual na deliberação pública e na formação das "vontades": senso comum; institucionalização de práticas, etc. Análise das práticas sociais em suas relações com os meios de comunicação sobre a elaboração e difusão de repertórios políticos: seus efeitos e condicionantes.

Temas de Interesse do Programa

- a) Formas de representação política: como o poder se distribui no ambiente midiático e no virtual entre representantes e representados; entre instituições e agentes; etc.;
- b) Estruturas de comunicação e repertórios políticos na Amazônia contemporânea: socialidades midiáticas e sociabilidades virtuais;
- c) As formas de manifestação e associação de interesses no comportamento político da *media* e suas interfaces com a ética e a cultura;
- d) Personificação política e mudança institucional no ambiente midiático;
- e) A sociabilidade política em redes sociais online: cultura política e senso comum;
- f) Mudança e padrão de representação dos interesses na sociabilidade online.

PROGRAMA: REFORMAS COMPARADAS

COORDENADOR: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Ciência Política, também pela USP. Suas áreas de interesse são instituições políticas, economia política, gestão pública, federalismo, políticas públicas, e metodologia de pesquisa em ciência política.

Objetivos: O presente projeto visa desenvolver pesquisas sobre o processo de tramitação de importantes reformas de políticas (*policy reforms*) ao nível nacional. Entre as essas reformas, podemos citar como exemplo reformas de instituições econômicas (como a reforma trabalhista e a reforma tributária), reformas do Estado de bem-estar social (reforma da previdência) ou reformas das garantias de lei e ordem (reforma do judiciário, projeto anticrime). Os problemas de pesquisa explorados envolvem perguntas como quais os atores envolvidos na tramitação das reformas, sejam eles atores sociais (a sociedade civil) ou estatais (políticos e burocratas)? Quais as ideias e interesses mais importantes na elaboração e tramitação das propostas? Quais fatores auxiliam a prever as chances de sucesso da reforma? Quais as estratégias e formas de organização políticas dos atores envolvidos?

Ementa: Estudos legislativos, relações Executivo-Legislativo, lobby, relações governo-sociedade, economia política e processo decisório de políticas públicas

Temas de Interesse do Programa:

- a) Atores e interesses na tramitação de reforma.
- b) Impacto das instituições política no processo decisório.
- c) Lobby e relações governo-sociedade.
- d) Comportamento parlamentar.

PROGRAMA DE PESQUISA - CIÊNCIAS SOCIAIS COMPUTACIONAIS

COORDENADOR: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA

Objetivos: O presente programa visa desenvolver as interfaces entre as ciências sociais (principalmente a ciência política) e a ciência da computação. O programa envolve o estudo de informações geradas computacionalmente (através de *gadgets*, redes sociais, telefones celulares, etc), *data science*, *big data*, inteligência artificial, simulação baseada em agentes, estatística e econometria aplicada às ciências. O programa visa tanto estudar temas que são melhor abordados através das ciências sociais computacionais quanto desenvolver novas metodologias para estudar temas clássicos das ciências sociais.

Ementa: ciências sociais computacionais, redes sociais, simulação baseada em agentes, *data science*, *big data*, inteligência artificial, estatística e econometria aplicada às ciências sociais.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Redes sociais.
- b) Análise de linguagem natural.
- c) Métodos quantitativos aplicados às ciências sociais.
- d) Inteligência artificial aplicada às ciências sociais
- e) Programação aplicada às ciências sociais.

PROGRAMA: MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO NO CONTEXTO PARAENSE: ATIVISMO POLÍTICO E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS

COORDENADORA: Profa. Dra. RAYZA SARMENTO DE SOUSA

Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade. Pesquisadora associada ao Margem/UFMG - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. Integrante do Instituto Nacional de Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

Objetivos: Mapear o ativismo político feminista no contexto paraense em diferentes âmbitos (protestos, arenas comunicacionais, espaços institucionais etc) e compreender suas interações socioestatais.

Ementa: A relação entre movimentos sociais, política e gênero (inclusive contra-movimentos e antifeminismos) na sociedade civil e no Estado; os atravessamentos entre comunicação, política e feminismos (cobertura midiática tradicional, imprensa alternativa e uso de mídias sociais online); a contribuição da teoria política feminista à Ciência Política; gênero e Estado; gênero, manifestações e protestos.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:

- a) Movimentos sociais, política e Estado (organização; mobilização; demandas públicas e configurações de atuação online)
- b) Movimento feminista, gênero e interações socioestatais (manifestações, articulações eleitorais, ativismo político e ativismo institucional);
- c) Comunicação, internet e política;
- d) Teoria política feminista em perspectiva interseccional;
- e) Teoria democrática contemporânea e minorias políticas

PROGRAMA: PARTIDOS POLÍTICOS: ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E SISTEMA PARTIDÁRIO – NACIONAL E SUBNACIONAL

COORDENADOR: Prof. Dr. RODRIGO DOLANDELI

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) – bacharelado e licenciatura; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2009); Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2018).

Objetivos: Analisar a força de elites partidárias sobre as suas organizações e a concentração dos recursos partidários. Observar os efeitos deste quadro sobre o sistema partidário brasileiro, nacional e subnacional.

Ementa: O quadro institucional das organizações partidárias, suas estratégias e funcionamento interno; Padrões do financiamento político; Impacto de recursos partidários sobre o desempenho eleitoral, sobretudo de atores sociais minoritários nos processos decisórios: mulheres, negros e indígenas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Nacionalização e Presidencialização das Campanhas;

- b) Reforma Política;
- c) Sistemas Eleitorais;
- d) Recrutamento Partidário;
- e) Seleção de Candidatos;
- f) Dinheiro e Política;
- g) Grupos de Interesse.